

Faça terapia! A psicologização das expressões da questão social na realidade brasileira

Get therapy! The psychologization of expressions of the social issue in Brazilian reality

DOI 10.5281/zenodo.15014920

Guilherme Faria Ribeiro¹

96

Resumo: Este estudo teórico-analítico aborda a psicologização das expressões da questão social no Brasil, com a análise de três eixos temáticos: (a) a situação da classe trabalhadora no Brasil e as expressões da questão social; (b) a psicologização enquanto ideologia; e (c) "Faça terapia!": a expansão do mercado psicológico e o desmonte das políticas públicas de saúde mental. As discussões evidenciam o recrudescimento da questão social, concomitante ao desmonte das políticas sociais. Nesse contexto, a psicologia se apresenta como um instrumento ideológico que privatiza e individualiza essas questões, popularizando-se por meio do consumo.

Palavras-chave: Psicologização. Marx. Psicologia da Libertação. Martín-Baró. Questão social

Abstract: This theoretical-analytical study addresses the psychologization of expressions of the social issue in Brazil, with the analysis of three thematic axes: (a) the situation of the working class in Brazil and the expressions of the social issue; (b) psychologization as an ideology; and (c) "Get therapy!": the expansion of the psychological market and the dismantling of public mental health policies. The discussions highlight the resurgence of the social issue, concomitant with the dismantling of social policies. In this context, psychology presents itself as an ideological instrument that privatizes and individualizes these issues, popularizing itself through consumption.

Keywords: Psychologization. Marx. Liberation Psychology. Martín-Baró. Social Issues.

1 Introdução

¹ Psicólogo, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e Doutorando em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB). <https://orcid.org/0000-0001-7752-5065>. E-mail: guilhermefariaribeiro@hotmail.com

Recebido em 07/02/2025

Aprovado em: 12/03/2025

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Nunca se falou tanto sobre saúde mental no Brasil e quicá no mundo. De acordo com dados da Revista Hospitalar (2024), o Doctoralia - maior plataforma de agendamento de consultas - teve um aumento significativo na procura de profissionais especializados em saúde mental nos últimos anos. O número de agendamentos com psicólogos cresceu 81% e psiquiatras 41% no ano de 2023. A procura por psicólogos saltou de 710 mil, em 2022, para 1 milhão de agendamentos em 2023. Já por psiquiatras, no mesmo período, os índices tiveram alta de mais de 900 mil, totalizando 1.906.155 acionamentos.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) (2022), 10% da população mundial sofre de transtornos mentais. No Brasil, quase 19 milhões de pessoas são afetadas por esses transtornos, colocando o país no topo do ranking de ansiedade e depressão na América Latina. As causas para esses altos índices são frequentemente atribuídas a fatores exclusivamente individuais. Um exemplo é a própria plataforma Doctoralia, que aponta o estresse cotidiano, o uso excessivo de redes sociais e a ausência de hábitos saudáveis como principais causas do adoecimento mental. Embora questões relacionadas ao trabalho sejam mencionadas, a plataforma ignora completamente os determinantes sociais do sofrimento, concentrando-se apenas em aspectos individuais e intrapsíquicos. Tal abordagem é compreensível, considerando que a plataforma é uma empresa privada administrada por médicos empresários com fins lucrativos (REVISTA HOSPITALAR, 2024).

Dessa forma, a atribuição de causas exclusivamente individuais às expressões da "questão social" (IMAMOTO, 2003; MARX, 2013), relegando os determinantes sociais do sofrimento, conforma-se como a "psicologização da questão social" (NETO; LIMA; ALMEIDA, 2019). Esse processo reduz os problemas do cotidiano a condições do psiquismo, do comportamento ou da personalidade. Segundo Barroco (2003), citado por Neto, Lima e Almeida (2019), "a psicologização da questão social transforma as demandas por direitos sociais em patologias" (p. 10). Antes de aprofundar o tema da psicologização, será apresentado, de forma breve, o conceito de questão social, já que suas expressões têm sido silenciadas pela psicologização.

A questão social surgiu como conceito associado à caracterização do pauperismo, que crescia expressivamente com o avanço da industrialização na Europa Ocidental (COSTA; MENDES, 2022; MARX, 2013; NETTO, 2001). Segundo Costa e Mendes (2022, p. 90), em consonância com Marx, a questão social é definida como o "corolário do modo de produção

capitalista (MPC), com o desenvolvimento do segundo (MPC) produzindo a primeira (questão social) e ela o conformando”. Nesse sentido, Marx (2013, p. 875), citado por Costa e Mendes (2022, p. 90), afirma:

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial (COSTA; MENDES, 2022, p. 90).

Sob essa perspectiva, observa-se que, quanto maior a produção de riqueza e sua consequente acumulação, maior será também a miséria gerada. Essa é a lei geral da acumulação primitiva, conforme apreendida por Marx, e representa uma contradição inerente do MPC. Assim, o pauperismo adquire essa "nova-velha" face (Costa & Mendes, 2022, p. 90), deixando de ser resultado da escassez de bens, como no passado, e passando a ser fruto da acumulação descontrolada da riqueza pelos capitalistas. Desse modo, a classe trabalhadora, responsável pela produção da riqueza, é privada de usufruí-la.

Costa e Mendes (2022) destacam que os desdobramentos da questão social analisados por Marx foram fundamentais e seu resgate é indispensável. No estudo teórico intitulado “Marx sobre a questão social: itinerário de análise no New-York Daily Tribune” (2022), os autores argumentam que Marx não tratou o pauperismo de forma isolada, mas o vinculou a outros fenômenos históricos, como a fome, o desemprego, o crescimento do sofrimento e da loucura, a criminalidade e o suicídio, entre outros.

Esses fenômenos evidenciam as múltiplas determinações e o caráter inerente, desigual e exploratório do MPC, sendo sintomas da condição precária vivida pela classe trabalhadora. Nesse sentido, é fundamental reiterar que a questão social não se limita ao pauperismo, mas o inclui como um desdobramento de um conjunto de outros fenômenos (fome, miséria, desemprego, loucura, suicídio), que permeiam o cotidiano e são erguidos sob a lógica do capital (COSTA; MENDES, 2022; NETTO, 2001).

Embora autores contemporâneos (CASTELO, 2010; GUERRA; BATISTA, 2021), citados por Costa e Mendes (2022), argumentem que Marx teria abandonado o conceito de questão social em seus últimos estudos, o pensador alemão nunca ignorou a contradição inerente do capitalismo. Essa contradição, expressa na lei geral da acumulação e no

antagonismo entre capital e trabalho (burguesia e classe trabalhadora), sustenta e explica os desdobramentos da questão social. Assim, o conceito de questão social é um produto social e historicamente determinado pelo MPC, cujo resgate se mostra essencial (COSTA; MENDES, 2022).

Avançando para estudos mais recentes, que buscam aprofundar o resgate do conceito de questão social na tradição marxista, diversos autores (CASTEL, 1998; DIAS, 2006; PEREIRA, 2004) têm explorado o tema. Entre as principais pesquisadoras está Iamamoto (2003), com formação em Serviço Social, que define a questão social como:

Conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade (Iamamoto, 2003, p. 27)

Iamamoto (2003), alinhada ao pensamento de Marx, afirma que a questão social tem origem no fenômeno da pauperização, resultante do processo de industrialização iniciado com a Revolução Francesa. Nesse sentido, o conceito pode ser compreendido como um conjunto de expressões relacionadas ao processo de formação e desenvolvimento da classe operária, bem como à sua inserção no contexto político no MPC. Embora o conceito tenha sido frequentemente utilizado de forma equivocada e com interpretações liberais, seu resgate na tradição marxista continua essencial para uma análise crítica do capitalismo além de permitir a visualização de caminhos possíveis para sua superação (COSTA; MENDES, 2022).

Diante do exposto, o Estado neoliberal brasileiro tem se mostrado progressivamente ausente na proteção da classe trabalhadora. Em vez de atuar diretamente nas consequências da questão social, restringe-se a intervenções pontuais por meio de políticas públicas isoladas. Com isso, transfere à sociedade civil a responsabilidade pelas mazelas sociais, promovendo a culpabilização, individualização, filantropia, voluntarismo, psicopatologização, medicalização e psicologização da vida. Estimula a busca por soluções privativas, como psicoterapia e medicamentos, contribuindo para o desmonte de políticas públicas comunitárias e territoriais, fortalecendo a privatização da saúde. Esse cenário intensifica o caráter psicologizante e medicalizante da questão social, mascarando suas causas estruturais e aprofundando a individualização dos problemas.

2 Objetivo Geral e Específicos

O presente estudo tem como objetivo realizar uma análise crítica da psicologização dos desdobramentos da questão social no contexto brasileiro. A análise terá início com a apresentação de dados recentes sobre pobreza, desemprego, déficit habitacional e falta de saneamento básico. Na sequência, será abordada a psicologização como instrumento ideológico. Por fim, será discutida a expansão do mercado psicológico, destacando a psicoterapia como mercadoria, fortalecendo a privatização do cuidado em saúde em detrimento das políticas públicas. Além disso, será analisado como o Estado, ao gerar os desdobramentos da questão social, utiliza instrumentos ideológicos para transferir a responsabilidade à sociedade civil de maneira moral e individualizada, transformando essas problemáticas em mercadorias que favorecem o lucro de empresas privadas.

3 Método

Este estudo teórico-analítico baseia-se nas contribuições da teoria marxista e nos estudos da tradição marxista na psicologia, incluindo a psicologia da libertação e a psicologia crítica. A análise será estruturada em três eixos temáticos: (a) a condição da classe trabalhadora no Brasil e os desdobramentos da questão social; (b) a psicologização enquanto ideologia; e (c) "Faça terapia!": a expansão do mercado psicológico (psicoterapia) em consonância com o desmonte das políticas públicas. Embora a divisão dos eixos tenha caráter didático, eles mantêm entre si uma relação de interdependência.

4 Resultados e Discussão

4.1 A situação da classe trabalhadora no Brasil: desdobramentos da questão social

O Brasil é historicamente marcado e amplamente reconhecido por sua profunda desigualdade social. Nesse contexto, torna-se indispensável realizar uma análise crítica da situação da classe trabalhadora à luz dos desdobramentos da questão social. É igualmente essencial destacar que, no Brasil, a classe trabalhadora tem cor e gênero, sendo predominantemente composta por negros e negras, pobres e periféricos. Quando não estão encarcerados, criminalizados ou mortos, são eles os mais atingidos pelas desigualdades.

A concentração de renda no Brasil é alarmante e a desigualdade social tem se agravado continuamente devido às medidas econômicas de austeridade implementadas desde 2015. Outro aspecto crucial a ser considerado é o impacto da pandemia de COVID-19 durante o governo profascista de Jair Bolsonaro, que resultou na morte de mais de 700 mil pessoas. Na

seqüência, serão apresentados dados atualizados sobre a realidade brasileira no período pós-pandemia.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2024), o Brasil alcançou o menor nível de extrema pobreza da série histórica, com 8,3% da população nessa condição. Em 2023, o país contabilizou 18,3 milhões de brasileiros sobrevivendo com um rendimento médio mensal superior a R\$ 300,00. Apesar da queda no índice, economistas e pesquisadores questionam a confiabilidade dos dados, ressaltando que o número de brasileiros em extrema pobreza ainda equivale à população do Chile. Esse aumento de 2,5 milhões de pessoas com rendimentos acima de R\$ 300,00 foi impulsionado pela redução do desemprego, pelo aumento da renda no trabalho e por programas sociais como o Bolsa Família. Embora o cenário possa ser interpretado como positivo, é evidente que sobreviver com pouco mais de R\$ 300,00 mensais é inviável. Esse valor, além de escandalosamente baixo, não assegura o acesso ao básico, como alimentação, moradia, eletricidade e água potável.

Quanto ao desemprego, a mesma pesquisa PNAD (IBGE, 2024) registrou uma leve alta no trimestre encerrado em fevereiro, com a taxa de desemprego no Brasil alcançando 8,7%, o que representa 8,5 milhões de brasileiros, 332 mil a mais em comparação ao trimestre anterior. Dos 100,2 milhões de trabalhadores empregados, 37,995 milhões possuem carteira assinada, com direitos trabalhistas garantidos. Em contraste, 38,9 milhões de trabalhadores atuam na informalidade, evidenciando que o número de informais supera o de registrados. Além disso, o número de desalentados — pessoas que desistiram de buscar emprego — chegou a 3,7 milhões, registrando uma alta de 8,7% no mesmo período.

A predominância de trabalhadores informais revela que a busca por emprego e renda tem recaído exclusivamente sobre a sociedade civil. Há uma ampla gama de atividades informais exercidas por esses trabalhadores, como feirantes, *freelancers*, motoristas de aplicativo, catadores de recicláveis, vendedores, pedreiros, empregadas domésticas, entre outros. Diferentemente dos trabalhadores com registro formal, os informais não têm acesso a direitos como férias remuneradas, auxílios em casos de doença ou imprevistos, não contribuem para a previdência — o que compromete a aposentadoria — e enfrentam baixos rendimentos, instabilidade constante e ausência de renda fixa. Assim, a redução no desemprego ocorre, em grande parte, pela expansão da informalidade. Na ausência de postos de trabalho formais, os

trabalhadores se reinventam para sustentar suas famílias, enquanto a ideologia do empreendedorismo se fortalece, mascarando a falta de direitos sociais. Vale destacar que, em 2023, de acordo com dados do Senado Federal, 261 mil pessoas viviam em situação de rua no Brasil, número onze vezes maior do que há uma década.

As condições de vida da classe trabalhadora, especialmente no que se refere a moradia e saneamento básico, apresentam dados alarmantes. No quesito moradia, embora 64% da população resida em domicílio próprio, cerca de 104 milhões de brasileiros ainda não possuem uma casa. Além disso, é crucial analisar as condições dessas residências, considerando tanto a estrutura física quanto o acesso a políticas públicas urbanas, como pavimentação, saneamento básico e transporte.

Um dado preocupante que persiste há décadas no Brasil é a ausência de coleta de esgoto para 90 milhões de pessoas e a falta de acesso à água potável para 32 milhões, conforme o Ranking do Saneamento (2024), divulgado pelo Instituto Trata Brasil. Especialistas do setor alertam que a falta de saneamento básico não apenas compromete a qualidade de vida, mas também agrava problemas de saúde pública.

Nesse ínterim, a situação da classe trabalhadora no Brasil é deplorável. Há um aumento significativo de sofrimento. O povo padece de inúmeras expressões da questão social. Mesmo que a taxa de desemprego tenha caído, e a maioria da população possua casa própria, os números ocultam a realidade concreta. Tentam dar um viés positivo e romantizado, um verdadeiro desrespeito com a dignidade das pessoas.

Portanto, à medida que a contradição entre capital e trabalho se intensifica, a deterioração da qualidade de vida torna-se inevitável, culminando em maior sofrimento. Esse sofrimento frequentemente se expressa em adoecimentos físicos, mentais ou outras formas de fragilidade. Nesse contexto, observa-se um aumento significativo na busca por especialistas em saúde mental, especialmente em um cenário onde políticas de austeridade restringem os direitos sociais básicos e ocultam as raízes estruturais dos problemas. Essa dinâmica favorece o lucro da iniciativa privada, que se beneficia da mercantilização do sofrimento humano, promovendo processos de psicologização, medicalização da vida e privatização do cuidado em saúde. Como afirma Martín-Baró (1973/2022, p. 393): “O ponto é que talvez não sejam os indivíduos que necessitam de tratamento, mas a sociedade. E o tratamento da sociedade se chama revolução”.

4.2 A psicologização como ideologia

Após apresentar um panorama resumido e desumano da situação da classe trabalhadora brasileira, é necessário abordar o fenômeno da psicologização e seu alinhamento com o Estado. O MPC inaugura uma “nova/velha” (COSTA; MENDES, 2022, p.90) forma de pobreza, não mais decorrente da escassez de bens, mas sim da concentração absurda de riquezas nas mãos da burguesia, que empurra a classe trabalhadora para a miséria. É fundamental que a classe trabalhadora compreenda o modus operandi do MPC e sua contradição imanente. Esse reconhecimento pode abrir caminho para a transformação da sociedade, pois, como afirmam Marx e Engels, “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” (1848, p. 07).

O MPC continua a desenvolver seu potencial, com a atual fase sendo marcada pelos monopólios. Nesta fase, o controle dos mercados é exercido de maneira cada vez mais centralizada, criando novos recursos estratégicos. Fusão e acordos entre grandes empresas ou organizações industriais eliminam a concorrência entre os capitalistas, intensificando a concentração de renda e aprofundando a pobreza.

Essa nova fase do capitalismo, marcada pelo monopólio, amplia a produção de mercadorias, impulsiona o consumo para aumentar os lucros, eleva a acumulação e expande o processo de exploração, ou melhor, a superexploração da classe trabalhadora. Investimentos em novas tecnologias tornam o trabalho vivo ainda mais barato, enquanto o trabalho morto (trabalho mais mecanizado) se expande (NETTO, 2006; NETO; LIMA; ALMEIDA, 2019). O capitalismo monopolista agrava as expressões da questão social. Como Marx (2015, p. 120) apontou, "deve haver algo de podre na essência mesma de um sistema social que eleva sua riqueza sem diminuir sua miséria". Consequentemente, a desigualdade se acentua, assim como a polarização entre as classes (NETO; LIMA; ALMEIDA, 2019).

Uma questão relevante surge: quais recursos os capitalistas utilizam para ocultar esse cenário catastrófico? De maneira simplificada, e sem um aprofundamento maior, segundo Marx (2008; 2010), o MPC se utiliza do Estado como estrutura superior, ou superestrutura. Este Estado, que se apresenta como imparcial, faz com que os interesses da classe capitalista (privados) sejam apresentados como interesses universais, que devem beneficiar a todos. O Estado burguês é um produto da sociedade histórica, surgindo da necessidade de controlar os antagonismos de classe. Ele é dirigido pela classe mais poderosa, política e economicamente, e serve para instituir novas formas de opressão e exploração das classes mais fracas. Essas formas

de controle se tornam cada vez mais complexas, tornando mais difícil o reconhecimento da violência que elas impõem. Historicamente, o Estado sempre foi um instrumento das classes dominantes, seja dos latifundiários, dos proprietários de escravos ou dos nobres. O Estado moderno serve aos capitalistas e ao lucro sem limites, funcionando de forma mínima para a classe trabalhadora (austeridade) e máxima para os negócios dos burgueses (NETO; LIMA; ALMEIDA, 2019).

Nesse contexto, segundo Mandel (1982), citado por Neto, Lima e Almeida (2019), para manter o desenvolvimento e o domínio do MPC na contemporaneidade, o Estado burguês se vale de três mecanismos. O primeiro refere-se às condições que possibilitam a produção capitalista e sua reprodução, ou seja, sua base imanente: a contradição entre capital e trabalho. O segundo mecanismo é a força opressora, representada pela polícia e pelo exército. E, por último, o terceiro mecanismo é a ideologia. A ideologia capitalista é difundida como a única forma viável de vida em sociedade, com a função de ocultar a contradição imanente, mistificar a realidade e criar a imagem de um Estado imparcial, que estaria acima de interesses particulares e agiria de forma intervencionista. É neste ponto que a psicologização encontra seu espaço, tornando-se um instrumento ideológico (NETO; LIMA; ALMEIDA, 2019).

Como Marx e Engels (1848, p. 07) afirmaram, "a história da humanidade é a história da luta de classes". Foi por meio das lutas da classe trabalhadora contra o Estado burguês que este foi forçado a criar mecanismos para lidar com os desdobramentos da questão social, como as políticas sociais. O Estado oferece condições mínimas de enfrentamento, além de frequentemente destruir direitos previamente conquistados. Além disso, ele cria mecanismos ideológicos que se apresentam como intervencionistas, mas na realidade ocultam o desmonte das políticas públicas. Vivemos hoje uma verdadeira ofensiva capitalista, onde a vida da classe trabalhadora tem se tornado cada vez mais precarizada. Para agravar a situação, a ideologia impulsiona a lógica do enfrentamento individual, privatista e moral, responsabilizando os trabalhadores por seus próprios problemas. Isso enfraquece a luta de classe e os movimentos coletivos, já que todo sintoma social passa a ser visto como um problema individual (NETO; LIMA; ALMEIDA, 2019).

A ideologia se “utiliza das mais diversas formas ‘psicologizantes’, principalmente fundamentadas em diagnósticos e déficits de conduta, para operacionalizar suas ações estratégicas no nível da consciência humana, adotando aspectos subjetivos como universais,

moralizando as expressões da questão social (NETTO, 2006). Tais formas são amplamente divulgadas pela mídia, especialmente por meio de campanhas midiáticas e mercadológicas de viés preventivo, também apoiadas pela medicina, psiquiatria e psicologia, tornando-se a única forma de enfrentamento das mazelas sociais, enquanto o desmonte dos direitos sociais continua a avançar. Assim, o uso de mecanismos morais e individualizantes no trato da questão social deve ser entendido como uma psicologização da questão social (NETTO; LIMA; ALMEIDA, 2019).

No próximo tópico, será abordada a ampliação do mercado psicológico na realidade brasileira, que ocorre simultaneamente pelo sucateamento das políticas públicas e pela expansão de campanhas de cunho mercadológico associadas à psicologização da vida. Essa ampliação reflete a concretização da miséria da psicologia enquanto ciência e profissão, transformando-a em uma ideologia de reconversão, como já foi apontado por Martín-Baró (1986/2011).

4.3 Faça terapia! A ampliação do mercado psicológico e o desmonte de políticas sociais

Embora não seja o objetivo aprofundar o desenvolvimento da psicologia enquanto ciência e profissão no Brasil, regulamentada pela Lei 4119/1962, é importante destacar seu caráter conservador e, principalmente, elitista, com a clínica privada, no modelo liberal-autônomo, sendo o principal campo de atuação da profissão (COSTA; FARIAS, 2022). Esse tema foi amplamente discutido por diversos autores, como Coimbra (1995), Antunes (2012), Costa e Mendes (2021), Hur (2012), entre outros.

Após os apontamentos anteriores, onde se observou o uso de instrumentos ideológicos por parte do Estado para individualizar e psicologizar os desdobramentos da questão social, o campo psi (psicologia, psicanálise e psiquiatria) tem uma vasta contribuição. Este estudo se concentrará apenas na análise da psicologia.

Martín-Baró (1986/2011) destaca que, “ao invés de contribuir para desmontar esse senso comum de nossas culturas, que oculta e justifica os interesses dominantes transmutando-os em traços de caráter, a psicologia tem abonado – por ação ou omissão – o psicologismo imperante” (p. 183). O autor ainda conclui que:

Atualmente, com a crescente subjetivação dos enfoques predominantes, a psicologia continua alimentando o psicologismo cultural, oferecendo-se como uma verdadeira ideologia de reconversão. Em nosso caso, o psicologismo tem servido para fortalecer,

direta ou indiretamente, as estruturas opressivas, ao desviar a atenção delas para os fatores individuais e subjetivos (Martín-Baró, 1986/2011, p. 183).

É importante ressaltar que este último apontamento está em consonância com a denúncia da psicologização da questão social. Para Martín-Baró (1986/2011), a psicologia tem funcionado como uma ideologia de reconversão. O que isso significa? Em vez de ser um instrumento para auxiliar na tomada de consciência dos desdobramentos da questão social e de seu caráter imanente de reprodução da pobreza da classe trabalhadora, a psicologia tem sido utilizada como ferramenta ideológica para mistificar essa realidade. Seu arcabouço teórico e técnico converte as expressões da questão social em traços de caráter individuais e privatistas.

O autor também argumenta que a importação a-histórica de esquemas conceituais e técnicos da psicologia contribui para a ideologização de determinadas definições, transformando-as em verdades universais. Nesse processo, os modelos da psicologia hegemônica raramente são debatidos entre os profissionais, mas são amplamente disseminados. Mesmo quando os psicólogos se preocupam com as mazelas sociais das camadas populares (Martín-Baró, 1986/2011; 1996), eles aplicam esses modelos sem considerar a realidade local e sem questionar sua adequação ao contexto latino-americano. Essa atitude acaba por fortalecer a ideologia dominante, perpetuando a desigualdade e a exploração social.

A psicologia, regulamentada no Brasil em 1962, se expandiu consideravelmente ao longo das décadas, especialmente no setor privado, com uma forte ênfase na psicoterapia nos consultórios clínicos. Segundo Costa e Farias (2022), a psicoterapia, nesse contexto, é tratada como uma mercadoria suntuária, um bem de consumo quase exclusivo das classes mais abastadas, que possuem as condições econômicas necessárias para acessar esse serviço. Essas camadas da sociedade, em sua maioria, são também o público-alvo da psicoterapia, o que reflete a reprodução de uma prática voltada essencialmente para as preocupações existenciais da burguesia, enquanto as camadas populares permanecem alheias a esse tipo de atendimento, ou com acesso limitado

Além disso, o consultório particular, que historicamente foi visto como o ideal de trabalho para muitos psicólogos, continua sendo o objetivo almejado pela maioria dos estudantes em formação, mesmo diante das dificuldades impostas pela realidade do mercado de trabalho. Contudo, a prática da psicoterapia no espaço privado também enfrenta contradições significativas. Embora seja considerada uma atividade de prestígio em muitas ocasiões, essa

prática acaba se configurando como um subemprego para muitos profissionais. Isso ocorre em grande parte devido à saturação do mercado e à conseqüente desvalorização da profissão. Além disso, a psicologia, ao se vincular ao modelo médico, embora seja um ponto de entrada na carreira, não consegue atingir o mesmo nível de prestígio que outras áreas da saúde.

No decorrer do desenvolvimento da profissão de psicologia, especialmente com a ampliação do número de psicólogos e cursos de psicologia, predominantemente oferecidos pelo setor educacional privado, a mercadoria psicoterapia passou a se inflacionar, enquanto a demanda e o consumo não acompanharam esse crescimento. Esse fenômeno gerou uma das primeiras crises dentro da profissão (COSTA; FARIAS, 2022). Com o aumento da quantidade de profissionais e a restrição do mercado, a psicologia perdeu parte do prestígio que detinha. Embora tenha se reduzido à prática clínica e se tornado uma mercadoria consumida principalmente pela classe burguesa, não se deve desconsiderar a presença crescente da psicologia em outros espaços, como fábricas, organizações e no âmbito educacional (COSTA; FARIAS, 2022; YAMAMOTO, 1987). Foi nesses contextos que a classe trabalhadora, majoritariamente composta por negros, foi abraçada pela psicologia, embora de forma marcada pela disciplinarização, controle, ajustamento, segregação e psicopatologização (COSTA; MENDES, 2021, p. 345).

Dessa forma, a função social da psicologia foi se transformando e adquirindo novos contornos, à medida que críticas tanto internas quanto externas à profissão passaram a questionar um novo compromisso social, especialmente no que diz respeito às necessidades da classe trabalhadora. No entanto, tais transformações não ocorreram isoladamente, mas foram parte de um contexto mais amplo de lutas populares pela redemocratização do país. Mesmo que a transição para a democracia tenha sido conduzida de maneira controlada pelas elites, a psicologia conseguiu ampliar seu alcance social, chegando a indivíduos e grupos que até então estavam distantes de sua prática tradicional, particularmente com sua inserção nas políticas sociais, onde passou a se tornar uma ferramenta importante na promoção de direitos e no enfrentamento das desigualdades (COSTA; FARIAS, 2022; YAMAMOTO, 1987).

Conforme Yamamoto (2009), a reconfiguração do Estado, especialmente com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e, posteriormente, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), reflete uma transformação importante na profissão de psicologia no Brasil. De acordo com Bock (2009), citado por Costa e Farias (2022), esse processo resultou em uma maior

popularização da psicologia, rompendo com o elitismo que caracterizava a profissão anteriormente e exigindo um novo perfil profissional, mais voltado à atuação social. O psicólogo deveria, portanto, sair dos consultórios privados e se aproximar das comunidades.

No entanto, estudos realizados por Bock (2007) e Santos, Quintanilha e Dalbello-Araújo (2010) revelam que, mesmo com a inserção da psicologia nas políticas públicas, o perfil do psicólogo nas práticas sociais ainda permanece em grande parte influenciado pela sua formação clínica, com forte ênfase na abordagem individual e privatista. Essa continuidade de modelos clínicos, com foco em diagnósticos e intervenções centradas no indivíduo, acaba por psicologizar, moralizar e individualizar a questão social, esvaziando as potencialidades transformadoras da psicologia no enfrentamento das desigualdades estruturais.

Contudo, mesmo com a criação do SUS durante a redemocratização, observa-se que o sistema de saúde vem sendo progressivamente prejudicado por desmontes, cortes de verba e, sobretudo, pela privatização. A adoção de uma economia neoliberal no Brasil e a intensificação da política de austeridade têm levado ao sucateamento do SUS, que, embora tenha sido idealizado como um sistema universal, gratuito e de qualidade, enfrenta sérias dificuldades em manter sua abrangência e eficiência.

Um exemplo claro disso são as políticas públicas de saúde mental, em particular a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), instituída pela Lei 3.088/2011, que visava substituir os manicômios e hospitais psiquiátricos por um modelo de cuidado em liberdade. Esse modelo, que busca promover a inclusão social e o tratamento comunitário, está sendo progressivamente desmantelado, dificultando o acesso e a qualidade do atendimento psicossocial à população (BRASIL, 2011).

No contexto da destruição da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), observa-se a implementação da chamada Contrarreforma Psiquiátrica, que se manifesta através de cortes drásticos de verbas públicas e da remanicomialização do tratamento em saúde mental. Entre as medidas mais impactantes, destaca-se a Portaria 3.588/2017, que permitiu a inclusão dos Hospitais Psiquiátricos na RAPS, representando um retrocesso significativo no modelo de cuidado em liberdade e no fechamento progressivo dos manicômios. No Brasil, até 2001, o país detinha o maior parque manicomial da América Latina, com cerca de 100 mil pessoas internadas, e o Hospital Colônia de Barbacena, por exemplo, foi responsável pela morte de 60 mil pessoas, um verdadeiro "Holocausto Brasileiro". Além disso, a Portaria 2.434/2018 revisou

os valores destinados às internações, reafirmando a lógica manicomial e prejudicando ainda mais a RAPS. Em 2017, o Ministério da Saúde destinou 320 milhões de reais para a RAPS, porém, 100 milhões desse valor foram direcionados para as Comunidades Terapêuticas (CTs), instituições privadas de caráter asilar e manicomial. Por fim, a Portaria 3.659/2018 suspendeu 77 milhões de reais da RAPS, e a Portaria 3.718/2018 retirou mais 43 milhões, aprofundando o sucateamento do modelo de cuidado comunitário e favorecendo as instituições privadas, como as CTs, em detrimento do sistema público de saúde mental (COSTA & MENDES, 2020).

Diante desse contexto, em oposição à Reforma Psiquiátrica, há um significativo financiamento público destinado às Comunidades Terapêuticas (CTs). Essas instituições, frequentemente chamadas de novos/velhos manicômios privados, utilizam práticas como tortura, violência, fundamentalismo religioso e laborterapia no tratamento de pessoas com transtornos mentais e usuários de álcool e outras drogas. Os números são expressivos: entre 2018 e 2023, o financiamento público para as CTs somou aproximadamente 690 milhões de reais (BRASIL DE FATO, 2024). Recursos que deveriam ser investidos em serviços públicos são direcionados a igrejas, pastores e padres, proprietários dessas CTs, evidenciando a continuidade das políticas econômicas de austeridade, caracterizadas pela retirada de fundos públicos em benefício de organizações privadas.

Desse modo, a privatização e a remanicomialização do cuidado em saúde mental ganham força no Brasil. Enquanto a inserção do psicólogo nas políticas sociais promoveu a geração de empregos e abriu espaço para críticas e questionamentos sobre a função social da psicologia, priorizando um trabalho em equipe de caráter territorial e comunitário, o atual cenário de retrocesso instaura uma nova crise na profissão. Observa-se a mercantilização da psicoterapia, transformando-a em um produto de consumo. “A psicologia vai se democratizando, nos marcos de uma democratização pelo consumo de estender suas mercadorias a novos consumidores, buscando novos nichos, bem como resolver os problemas da empregabilidade” (COSTA; FARIAS, 2022, p. 348).

Assim, emerge um quadro em que psicólogos enfrentam dificuldades de empregabilidade, enquanto a classe trabalhadora, pressionada pela austeridade e pela psicologização, é direcionada à psicoterapia como forma de “curar” seus sintomas e, conseqüentemente, melhorar sua posição no mercado de trabalho. Configura-se, então, a armadilha psicologizante. Nesse ínterim, de acordo com Costa e Farias, (2022, p. 378):

Não é por acaso que temos o fomento cada vez maior à psicoterapia como panaceia a todos os problemas da vida - inclusive, como forma de mistificar a própria determinação social do sofrimento, de despolitizá-lo, circunscrito a uma privatização, psicologização e psicopatologização (que anda de mãos dadas com a medicalização) da vida. Forja-se, nesse ínterim, toda uma demanda por serviços psicológicos, de modo que tal bem suntuário se converta em bem de consumo popular, acessível a todos(as), travestido de democratização da psicologia, mas sem que se questione que democratização é essa; que serve a que(m) (COSTA; FARIAS, 2022, p. 378).

A democratização da psicoterapia tem ocorrido pela via do consumo, sendo apresentada, destacam os autores (COSTA; FARIAS, 2022), como uma “panaceia para todos os problemas da vida” (p. 378). Não por acaso, expressões como “Faça terapia!” ou “Sua terapia está em dia?” têm se tornado frequentes no cotidiano da população. No Brasil, uma manifestação desse fenômeno é a criação do calendário anual das cores, conhecido como “meses coloridos” (campanhas de saúde). Embora iniciativas semelhantes existam no mundo desde os anos 1990, no Brasil, elas ganharam espaço apenas a partir de 2002. O marco inicial foi o Outubro Rosa, período em que instituições privadas, ONGs e diversas entidades, com apoio governamental, promovem ações voltadas à “conscientização” (via consumo) e à detecção precoce do câncer de mama.

Com o passar dos anos, essas campanhas ganharam força e, no final de 2018, receberam amparo oficial por meio da Lei 13.733 (BRASIL, 2018). De maneira semelhante, surgiu o Novembro Azul, campanha de conscientização sobre o câncer de próstata, criada em 2011 pelo Instituto Lado a Lado pela Vida. Atualmente, há um movimento crescente para associar cada mês do ano a um tema e uma cor, com o objetivo de promover a importância da “prevenção” junto à população. Contudo, na prática, o que se observa é a atuação de organizações não governamentais, associações médicas, empresários e a sociedade civil oferecendo produtos, expandindo novos nichos de mercado e promovendo a responsabilização individual, tudo isso sob o discurso de conscientização.

O mês de janeiro foi escolhido para promover os benefícios da saúde mental, assim ficou reconhecido como “Janeiro Branco”. O sucesso da campanha foi tamanho que em 2023 se tornou lei federal. A Lei, 14.556, de 25 de abril de 2023 institui a campanha Janeiro Branco, dedicada a promoção da saúde mental (BRASIL, 2023). De acordo com o Instituto Janeiro Branco, que nasceu do sucesso da campanha, seu objetivo é promover e ampliar a construção de uma cultura de saúde mental. A campanha é fruto da idealização de psicólogos mineiros que saíam as ruas para falar com pessoas sobre saúde mental. Atualmente, o Instituto conta com conselhos e grupos de trabalho oferecendo palestras, workshops, rodas de conversa para

potencializar a cultura do cuidado, inclusive em escolas e políticas públicas. A maioria dos membros do Instituto são psicólogos assim como seu idealizador e presidente Leonardo Abrahão e a vice-presidente Valéria Ribeiro (INSTITUTO JANEIRO BRANCO, 2024).

Porém, embora haja uma maior exposição e divulgação sobre saúde mental ou seria “dados sobre adoecimento mental?”, essa ampliação é marcada por um viés reducionista que individualiza o debate. O tema é apresentado de forma a restringi-lo a questões intrapsíquicas dos indivíduos. Conforme apontam Netto e Carvalho (2023) em seu relevante estudo sobre o suicídio, a alta prevalência de transtornos mentais no mundo transformou esses problemas em uma questão econômica. Segundo eles:

E aqui, vemos os compromissos ideopolíticos da OMS em toda sua extensão: os transtornos mentais são – antes de mais nada – um problema econômico (na medida em que afeta a produtividade) que, por isso, merecem nossa atenção. Estes transtornos, como a depressão, o transtorno bipolar e o uso abusivo de substâncias, estão associados ao suicídio e, por isso, é preciso oferecer um tratamento, a saber, preventivista e medicalizante. Essas formas do sofrimento psíquico, chaveadas pela psiquiatria como doenças, possuem sua gênese no interior de relações sociais muito concretas e determinadas, mas isso não é parte desse modelo unicausal mais próximo da ideologia em seu estado bruto que da explicação científica (Netto & Carvalho, 2023, p. 251).

Trata-se, segundo os autores, da ideologia em estado bruto, sustentada pela psicologização, psicopatologização e medicalização da vida. Nesse contexto, os tratamentos tornam-se privativos, as causas são individualizadas, e a divulgação assume um caráter essencialmente mercadológico. De acordo com Netto e Carvalho (2023), a OMS dedica-se amplamente à promoção do tema da saúde mental, mas alinhada aos interesses de mercado das principais potências capitalistas. Entre os beneficiários desse alinhamento estão a indústria farmacêutica e fundações privadas, como a Rockefeller Foundation, a Bill and Melinda Gates Foundation, e o Grupo Docplanner, proprietário da plataforma Doctoralia, citada anteriormente. Assim, antes de se configurar como um problema de saúde pública, a saúde mental é transformada em uma questão de mercado, onde essas organizações lucram exorbitantemente às custas do sofrimento da classe trabalhadora, com o apoio direto do Estado.

Conclui-se, portanto, que tais campanhas não visam informar ou debater as raízes estruturais dos desdobramentos da questão social. Seu objetivo principal é atuar de forma pontual, promovendo a responsabilização individual, a psicologização, a patologização e a medicalização dos problemas, além de fomentar a comercialização de mercadorias como

psicoterapia e medicamentos. Com isso, as campanhas acabam perpetuando as mesmas condições de vida às quais as pessoas já estão submetidas.

5 Considerações Finais

O presente estudo buscou realizar uma análise crítica sobre o fenômeno da psicologização dos desdobramentos da questão social no contexto brasileiro. Com base em dados fornecidos por grandes empresas de saúde, observou-se um crescimento expressivo no número de consultas em psicologia e psiquiatria. Contudo, as causas desses problemas continuam a ser tratadas de forma individualizada, desconsiderando suas raízes estruturais. Esse fenômeno caracteriza-se como a psicologização da questão social, entendida como uma abordagem que desloca para o âmbito individual aquilo que é fruto de contradições estruturais, como a relação capital/trabalho, cujas expressões impactam especialmente a classe trabalhadora — em sua maioria composta por negros, pobres e moradores de áreas periféricas.

Ademais, o estudo evidenciou o agravamento das políticas econômicas de austeridade no período pós-pandemia, acompanhado pelo desmonte das políticas assistenciais, aumento do desemprego e ampliação da informalidade. A classe trabalhadora tem sido particularmente afetada diante da intensificação da precarização das condições de vida. Essas questões, no entanto, são encobertas pelo Estado, que recorre à mistificação da realidade, fortalecendo ideologias que obscurecem a verdadeira origem dos problemas sociais.

A psicologia tem sido utilizada como um instrumento ideológico, por meio da psicoterapia, assim como a psicopatologização e a medicalização da vida, ao individualizar sintomas sociais e responsabilizar a sociedade civil pelos seus problemas. Nesse contexto, campanhas e indústrias farmacêuticas se beneficiam da barbárie social, uma vez que a divulgação e o debate sobre saúde mental se tornam, na prática, um processo puramente econômico e mercadológico. Como limite, o estudo não aprofundou a discussão sobre a psicopatologização e a medicalização da vida, especialmente considerando que o aumento dos transtornos mentais tem na psiquiatria um de seus principais pilares. Novos estudos são necessários para explorar essa questão com mais profundidade. Por fim, é importante ressaltar que o resgate do conceito de questão social foi essencial para o reconhecimento das mazelas sociais e para o desmascaramento dos instrumentos ideológicos, além de poder impulsionar a organização popular e a luta de classes.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, M. A. M. A psicologia no Brasil: Um ensaio sobre suas contradições. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 32, p. 44-65, 2012. Acessado em: jan. 25, 2025. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500005>

BOCK, A. M. B. (2007). Psicologia e saúde: Desafios às políticas públicas no Brasil. In E. M. Rosa et al. (Orgs.), *Psicologia e saúde: Desafios às políticas públicas no Brasil* (pp. 17-34). Vitória: Edufes.

BRASIL DE FATO. **A situação da classe trabalhadora no Brasil e a nova pesquisa do Instituto Tricontinental.** *Brasil de Fato*, 22 maio 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/05/22/a-situacao-da-classe-trabalhadora-no-brasil-e-a-nova-pesquisa-do-instituto-tricontinental>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL DE FATO. **Desemprego sobe para 7,8% e atinge 8,5 milhões de trabalhadores.** *Brasil de Fato*, 28 mar. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/03/28/desemprego-sobe-para-7-8-e-atinge-8-5-milhoes-de-trabalhadores>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL DE FATO. **O aprofundamento da desigualdade como opção deliberada para sair da crise.** *Brasil de Fato*, 21 maio 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/21/artigo-o-aprofundamento-da-desigualdade-como-opcao-deliberada-para-sair-da-crise>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL DE FATO. **Economia gera 244 mil novos postos de trabalho, e desemprego atinge menor nível para março desde 2014.** *Brasil de Fato*, 30 abr. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/04/30/economia-gera-244-mil-empregos-e-desemprego-atinge-menor-nivel-para-marco-desde-2014>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 14.556, de 25 de abril de 2023.** 25 abr. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/lei/114556.htm. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 3088, de 23 de dezembro de 2011.** Brasília, 2011. Disponível em:

https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 13.733, de 16 de novembro de 2018**. 16 nov. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113733.htm. Acesso em: 24 jan. 2025.

CANZIAN, F. **Extrema pobreza cai a nível recorde no Brasil; dúvida é se isso se sustenta**. *Estado de Minas*, abr. 2024. Disponível em: <https://www.em.com.br/economia/2024/04/6841432-extrema-pobreza-cai-a-nivel-recorde-duvida-e-se-isso-se-sustenta.html>. Acesso em: 24 jan. 2025.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELO, R. A “questão social” nas obras de Marx e Engels. *Praia Vermelha*, v. 20 n. 1, p. 85-94, 2010. Acessado em: <https://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/rodrigo.castelo/artigos/a-questao-social-nas-obras-de-marx-e-engels>

COIMBRA, C. **Guardiões da ordem: Uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “milagre”**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

COSTA, J. F. **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

COSTA, P. H. A.; FARIAS, T. M. Contribuições da Teoria Marxista da Dependência à (crítica da) psicologia brasileira. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 14, n. 1, p. 331-360, 2022. Acesso em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v14i1.48030>

COSTA, P. H. A.; MENDES, K. T. A miséria da psicologia brasileira: Subordinação ao capital e colonização-dependência. *Pesquisas e Práticas psicossociais*, v. 16, n. 2, e-4113, 2021. Acesso em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-89082021000200009

COSTA, P. H. A.; MENDES, K. T. Marx sobre a questão social: Itinerário de análise no New-York Daily Tribune. *Revista Libertas*, v. 22, n. 2, p. 469-493, 2022. Acesso em: <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2022.v22.38014>

DIAS, A. T. (2006). A “Nova” Questão Social e os Programas de Transferência de Renda no Brasil (Dissertação de Mestrado). Brasília/DF, Universidade de Brasília, 2003. Acesso em: http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/6678/1/2006_Adriane%20Tomazelli%20Dias.pdf

EXAME. Um cenário que não muda: no Brasil, 90 milhões de pessoas não têm acesso à coleta de esgoto. *Exame*, 6 jun. 2024. Disponível em: <https://exame.com/brasil/um-cenario-que-nao-muda-no-brasil-90-milhoes-de-pessoas-nao-tem-acesso-a-coleta-de-esgoto/>. Acesso em: 24 jan. 2025.

GUERRA, Y.; BATISTA, A. A expressão “questão social” em questão: Um debate necessário ao Serviço Social. *Temporalis*, v. 21, n. 42, p. 173-187, 2021. Acesso em: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2021v21n42p173-187>

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

INSTITUTO JANEIRO BRANCO. **Janeiro Branco**. 2024. Disponível em: <https://janeirobranco.com.br/>. Acesso em: 7 jun. 2024.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

MARTÍN-BARÓ, I. **Para uma psicologia da Libertação**. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JUNIOR, F. (Orgs.). *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da psicologia da libertação*. 2. ed. Campinas: Alínea, 2011. p. 7-30.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. População, crime e pauperismo. *Verinotio*, v. 20, p. 119-123, 2015.

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

NETO, J. R. P.; LIMA, I. L. S.; ALMEIDA, B. L. F. **Fundamentos da psicologização da “questão social” e sua operacionalização pelo estado burguês**. In: IX Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2019, São Luís, MA. Anais. São Luís: UFMA, 2019.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, J. P. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. *Temporalis*, v. 2, n. 3, p. 41-49, 2001. Disponível em:

https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, N. B.; CARVALHO, B. P. **Reflexões críticas sobre o suicídio: uma análise da série “Os treze porquês”**. In: BELLENZANI, R.; CARVALHO, B. P. (Orgs.). *Psicologia histórico-cultural na universidade: saúde mental, sofrimento psíquico e psicopatologia*. v. 2. Campo Grande: Ed. UFMS, 2023. p. 132-150.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. OMS destaca necessidade urgente de transformar saúde mental e atenção. OPAS/OMS, 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/17-6-2022-oms-destaca-necessidade-urgente-transformar-saude-mental-e-atencao>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html>. Acesso em: 24 jan. 2025.

REVISTA VISÃO HOSPITALAR. Procura por psicólogos e psiquiatras registra aumento expressivo nos últimos anos, de acordo com Doctoralia. *Revista Visão Hospitalar*, 6 jun. 2024. Disponível em: <https://revistavisaohospitalar.com.br/procura-por-psicologos-e-psiquiatras->

[registra-aumento-expressivo-nos-ultimos-anos-de-acordo-com-doctoralia/](#). Acesso em: 24 jan. 2025.

SANTOS, L. K.; QUINTANILHA, B. C.; DALBELLO-ARAÚJO, M. A atuação do psicólogo na promoção da saúde. *Psicologia: Teoria e Prática*, v. 12, n. 1, p. 181-196, 2010. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151636872010000100015.

SENADO, T. V. **Mais de 260 mil pessoas vivem em situação de rua no Brasil**. Senado, mar. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/tv/programas/cidadania-1/2024/03/mais-de-260-mil-pessoas-vivem-em-situacao-de-rua-brasil>.

YAMAMOTO, O. H. **A crise e as alternativas da Psicologia**. São Paulo: Edicon, 1987.